

REVISTA DE EDUCAÇÃO

S. PAULO — BRASIL
MARÇO E JUNHO

VOLS. XVII E XVIII

1937

NOS. 17 E 18

SUMMARIO

	PAG.
Fernando Rios — O Ensino no Primeiro Anno Escolar . . .	3
Noemy da Silveira Rudolfer — Como renovar a Escola . . .	8
Luiz Gonzaga Fleury — Afranio Peixoto e Edmundo de Amicis	15
Luiz Damasco Penna — Exames do Quarto Anno	17
Adelaide do Amaral Barreto — Periodicos para as Crianças	22
J. B. Damasco Penna — Notas de Pedagogia	26
Rosa Sellito Salomão — Como nasce uma Horta Escolar	42
Genesio de Assis — Uma Colonia de Férias	44
Jurema Braga — Calligraphia Muscular	51
Renato Sênega Fleury — Visão de Pedagogia Geral	57
Sylvio de Almeida Toledo — O Trabalho dos Menores	62
Luiz Gonzaga Fleury — Summula de Logica Classica	76
Oscar Villaça — Fadiga Mental	83
Leon Replogle — Novo Typo de Exames	87
Oscar Augusto Guelli — Curso de Férias para Professores Ruraes	99
Fabiano R. Lozano — Curso de Férias para Canto Orpheonico	105
Directoria do Ensino — Circulares, 107 — Officio do Sr. Secretario da Educaçào, prestando as informações solicitadas pelo Requerimento n.º 111, 114 — Escolha de Livros Didacticos, 118.	
Factos e Iniciativas — Prof. Armando Bayeux da Silva, 124 — Factos do Ensino Primario, 125 — Secretario da Educaçào, 130 — São Paulo e o Problema dos Predios Escolares, 131 — Secretaria da Educaçào e Saúde Publica, 133 — Encerramento Festivo do Anno Escolar de 1936, 136 — São Paulo na 1.ª Exposição Nacional de Educaçào e Estatistica, 138 — Estatistica Escolar, 140 — Reuniões Pedagogicas, 141 — Ensino Primario Rural, 145 — Ensino Particular, 146 — Programmas para os exames de habilitação dos candidatos ao magisterio particular de grau primario e pre-primario, 148 — As Edificações Escolares e a Quinta Conferencia Internacional de Educaçào Publica, 151 — Instituto Nacional de Estatistica, 152 — Delegacia Regional do Ensino de Santos, 154 — Ensino Primario no Japão, 156 — Informes acerca do movimento educativo de varios paizes, 161 — 3.º Congresso de Escolas ao ar livre, 164 — 2.º Congresso Nacional de Professores, 166 — 2.º Congresso Internacional de Imprensa Escolar, 167 — Varios Accordãos, 167 — A Reorganização do Ensino na França, 169.	
Legislação Escolar	171
Bibliographia	181
Através de Revistas — Como orientar a Educaçào no Jardim da Infancia, 186 — Psychologia da Actividade Infantil, 187.	
Publicações	189

SÃO PAULO -- BRASIL

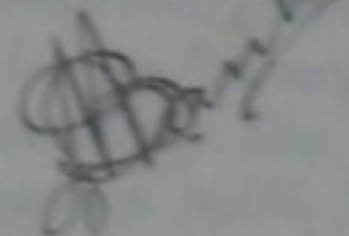
INSTITUTO DE ESTUDIOS EDUCACIONAIS	
CLASSIFICAÇÃO	TOMBO
	14796
DATA	RUBRICA
17/4/00	

83 Mourabani

O ENSINO NO PRIMEIRO ANNO ESCOLAR (*)

FERNANDO RIOS

Delegado Regional do Ensino em Itapetininga



"O ensino no primeiro anno escolar. E' o primeiro anno a classe de maior estagnação, no curso primario. Como melhorar o rendimento desse grau escolar?" Tal foi o thema n. 6, da Directoria do Ensino, para a reunião de agosto de 1935.

O professor Luiz Gonzaga Fleury, no seu trabalho ultimamente publicado pela Directoria do Ensino, no Boletim n.º 7, estudou, de maneira cabal e brilhantissima, as causas das reprovações das nossas escolas, apontando, á luz de sua comprovada e reconhecida experiencia, as medidas que poderiam melhorar o seu rendimento.

Tudo o que foi dito pelo professor Fleury, com referencia ás reprovações em geral, se applica, perfeitamente, ao caso da estagnação dos primeiros annos.

Seja-nos permittido tecer algumas breves considerações á margem do brilhante estudo do professor Fleury.

UMA QUESTÃO DE CALCULO

Até ha bem pouco tempo, tomava-se por base, para se calcular a porcentagem de promoção das nossas escolas, o total dos alumnos existentes em 30 de novembro. De alguns annos para cá, excluem-se para esse calculo os alumnos matriculados em outubro e novembro de cada anno. Supponmos que motivou essa exclusão o ter-se reconhecido que com um mez de aula não poderia nenhum alumno ser alphabetizado.

Mas, excluir os alumnos de outubro e novembro, e não adoptar o mesmo criterio com relação aos alumnos de setembro, o mesmo é que admittir implicitamente que esses alumnos poderiam ser promovidos.

(*) Introdução ao trabalho lido perante a reunião de delegados regionaes do ensino, em agosto de 1935.

E pôde alguém, com algum conhecimento da alma infantil, com alguma pratica do ensino nas nossas escolas, acceitar que crianças matriculadas em 15 ou 30 de setembro, com um mez ou pouco mais de aula, possam assimilar os conhecimentos que consideramos indispensaveis para a sua promoção?

Pôde alguém, em sã consciencia, responsabilizar o professor pela não promoção dos alumnos matriculados no 2.º semestre? Pôde alguém aquilatar do valor do trabalho do professor paulista e da eficiencia do ensino em nosso Estado, desde que se incluem no numero dos alumnos reprovados todos aquelles que, matriculados tardiamente, não podiam, por fórma alguma, a não ser que individualizasse o ensino, adquirir o minimo que autoriza a sua promoção?

Haverá, é certo, crianças que, com quatro mezes de aula, aprendem a lêr, escrever e contar. Mas não é essa a regra geral.

A applicação dos testes ABC determinou, em junho de 1931, depois de quatro mezes de aula, a promoção para o 2.º anno de 1.038, dos 15.605 alumnos que foram submettidos á experiencia. Mas isso não invalida o nosso ponto de vista, por isso que: 1.º) tratava-se de alumnos rigorosamente seleccionados; 2.º) tratava-se de classes que funcionaram com regularidade desde o começo do anno, sem os embaraços decorrentes da matricula de alumnos novos.

Para se avaliar o coeeficiente de analphabetismo, sempre tomamos por base a totalidade da nossa população, estabelecendo o dever de saberem lêr, escrever e contar (como frisou o Dr. Amadeu Mendes), aos proprios nascituros, enquanto que paizes ha que excluem para o calculo os habitantes de menos de 7 annos, outros os de menos de 10, outros os de menos de 12 e outros os de menos de 15. Nós, para os nossos calculos, tomamos por base o total da população do paiz. Eis porque dizemos que a porcentagem de analphabetos do Brasil é de 75 ou 80%. Criamos, com a maneira por que fazemos o calculo, um monstro diante do qual nós proprios nos assustamos. Será que, com a maneira por que medimos o rendimento das nossas escolas, não estamos criando um monstro semelhante?

A ESTAGNAÇÃO NOS 1.º ANNOS

Na região de Itapetininga existiam, em 30 de novembro do anno passado, nos 1.ºs annos, 4.620 alumnos, dos quaes foram reprovados 2.681. Se cada alumno custar ao Estado, de facto, em media, 200\$000 por anno, e se o facto desses alumnos

não terem sido approvados significar que elles perderam o seu tempo, o prejuizo dos cofres publicos foi, em verdade, grande, pois que teriam sido gastos inutilmente, em pura perda, 536:200\$000. Se se fizer o mesmo calculo em relação ao total dos alumnos dos 1.ºs annos do Estado, achar-se-á, então, que o prejuizo foi de milhares de contos.

Não commentaremos a precariedade dos exames, admitindo mesmo como isenta de duvidas a hypothese, nem sempre confirmada, de que todos os alumnos promovidos estavam em condições de o serem, e que a totalidade dos alumnos reprovados não possuia, de facto, o minimo de conhecimento que, de accordo com o criterio já firmado, autorizasse a sua promoção para o 2.º anno.

Não teceremos louvores descabidos e apaixonados á escola paulista, como namorado cego de amor aos defeitos da sua amada. Não.

Somos mesmo dos que fazem côro, com os que declaram que a nossa escola já não corresponde ás necessidades do tempo. Reconhecemos que a machina do ensino do nosso Estado tem algumas peças mal ajustadas e outras que é necessario sejam refundidas. Mas o que nos impressiona sobremaneira, é a importancia assás formidavel, são os milhares de contos que annualmente consideramos gastos em pura perda com os milhares de alumnos que não são promovidos.

ESTAGNAÇÃO E PERDA DE TEMPO

Mas perguntamos: teriam todos esses milhares de alumnos permanecido, de facto, estagnados, indifferentes por completo a tudo o que, na escola, os rodeava?

Será que o seu espirito — tábula rasa ao entrarem para a escola, — tábula rasa era ainda ao terminar o anno lectivo e ao sairem della, sem que nelle nada, absolutamente nada, se imprimisse?

Professores ha, diz Drottens, que com alumnos pouco desenvolvidos, apesar de seu talento superior e dos maiores esforços, obtem resultados apparentemente nullos e menos satisfactorios que outros, e, entretanto, seus alumnos realizaram, no decorrer do anno lectivo, um progresso superior ao de seu vizinho.

Crianças ha, dizemos nós, que apresentam, nos exames finaes, resultados apparentemente nullos, menos satisfactorios

que outros, e, entretanto, realizaram progresso consideravel que não é computado, mas que não pôde e não deve ser esquecido.

Crianças taes não poderão ser promovidas se não demonstrarem possuir nos exames finais o minimo de conhecimentos já preestabelecido; mas, parece, não constitue isso motivo para que possamos dizer que essas crianças tenham perdido seu tempo e que o dinheiro com ellas gasto pelo Estado o tenha sido em pura perda. Não. A escola paulista não produz quanto devera, porque ha na machina peças mal ajustadas e outras que é necessario sejam substituidas. Mas diga-se, desde já, que o prejuizo do Estado não deve ser tão grande, e que o dinheiro gasto inutilmente pelos cofres publicos com o ensino não deve ser calculado *grosso modo*, a razão de 200\$000 por alumno reprovado.

Confessamos que não temos elementos para dizer com exactidão mathematica o valor total do rendimento da nossa escola, pois só levamos em consideração aquillo que consegue passar pelo crivo dos exames que nós forjamos e que outros, com outra mentalidade, poderiam ter forjado de modo differente. Mas não nos esqueçamos de que em todas as industrias inventadas pelo engenho humano, tudo tem valor. Não só a obra que sae acabada e perfeita da machina, mas tudo, — o que fica entre as engrenagens ou correias, entre as rodas ou teares — fiapos de algodão ou apáras de ferro, — o proprio residuo é recolhido, calculado, "controlado" e medido.

E quanto esforço humano estas coisas aparentemente nullas representam! E quanta riqueza o proprio residuo accumulado significa!

RENDIMENTO E APPROVAÇÃO

Para calcular o rendimento das nossas escolas, damos valor exclusivamente ao que consegue passar pelo crivo dos exames. Medimos apenas a somma de conhecimentos que a escola transmittiu. Levamos em consideração apenas a função instructiva da escola. Pouco importa que a professora, comprehendendo que o verdadeiro papel do educador moderno não é sómente instruir, mas educar, tenha conseguido, com sua palavra ou com seus conselhos, tocar o coração de seus alumnos e lhes modificasse para melhor o character, ou lhes déesse são hábitos hygienicos, moraes e sociaes. O que não passa pelo

crivo dos exames e fica, para os nossos calculos vale 0. E quanto esforço, quanto sacrificio, quanta saúde não haverá naquillo a que não damos valôr! E não é verdade que naquillo que não attingiu ao estalão que tomamos por base, nos exames finais, pôde haver muito mais esforço, maior dose de intelligencia, ou de iniciativa, maior parcella de coração, de alma ou de sciencia do mestre do que naquillo que attingiu á medida ou foi além della?

Será, pois, que aquillo que nos tem escapado pelos vãos dos dedos e que não computamos, não vale muitas vezes tanto, ou mais, do que aquillo que nos fica nas mãos?

Reconhecemos, como já fizemos sentir, que a nossa escola não rende o que devera render. Poderia render mais. O nosso apparelho talvez tenha todas as peças necessarias. O que se dá é que algumas não andam, como a que se refere á obrigatoriedade da matricula e frequencia; e outras andam fora de tempo, como a referente aos concursos de remoção e de ingresso, os quaes, realizados fóra da epoca legal, vêm concorrer, com as matriculas tardias, para que se avolume o numero de alumnos reprovados. Reajustem-se todas as peças de maneira que, por um systema combinado de engrenagens, andem todas ao mesmo tempo; substituam-se algumas por outras um pouco mais bem fundidas, e teremos o nosso apparelho produzindo 20 ou 30% mais do que actualmente produz.